

Acusados ganham tempo para defesa

Acordo feito por Inocêncio dá mais uma semana de prazo e evita problemas na Justiça

BRASÍLIA — Os deputados da lista de cassações propostas pela CPI do Orçamento terão duas semanas para se defender. Acordo fechado ontem pelo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), com os acusados e as principais lideranças do Congresso estendeu o prazo de defesa até o fim do carnaval na prática. Em troca, os parlamentares da lista se comprometeram a não contestar no Supremo Tribunal Federal (STF) o ritual estabelecido pelo Congresso para o julgamento dos processos.

O deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), um dos 17 da lista, moveu ação no STF para conseguir cinco semanas de prazo para sua defesa. O pedido foi negado ontem pelo ministro Sepúlveda Pertence, presidente em exercício do tribunal. Pelo regimento da Câmara, o prazo é de uma semana (cinco sessões ordinárias). Por causa da revisão constitucional e das votações do Plano FHC2, a Câmara só tem feito uma sessão ordinária por semana, o que abriu uma brecha jurídica para os anões do Orçamento pedirem mais tempo de defesa ao STF.

**SUPREMO
NEGA PEDIDO
DE MANOEL
MOREIRA**

Para evitar a dilatação do prazo, a mesa da Câmara fez um projeto de resolução restabelecendo sessões diárias na Câmara, mas o projeto só poderia ser votado na terça-feira. O acordo de ontem foi a saída para o impasse. "Não foi o ideal, mas não deixa de ser uma vitória", comemorou o advogado Valmor Giavarina, que representa Moreira. Os processos de cassação ainda não começaram efetivamente. Só na terça-feira a Comissão de Constituição e Justiça receberá da mesa da Câmara as representações com os pedidos de cassação.